A COMISSÃO MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO ENSINO-SERVIÇO COMO ESTRATÉGIA DE FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE DO JABOATÃO DOS GUARARAPES

Cindy Avani Silva Ceissler[1]
Fernanda Caroline Santos Sena[1]
Adrielly Moreira da Silva[2]
Nycolle Beatriz Aguiar da Silva[3]
Zelma de Fátima Chaves Pêssoa[1]

[1]Secretaria Municipal de Saúde do Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco, Brasil
[2]Universidade de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil
[3]Instituto Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, Pernambuco, Brasil

DOI:10.37085/bookAS.15.chap13

RESUMO

O município de Jaboatão dos Guararapes instituiu, em 2017, a Comissão de Integração Ensino-Serviço (CIES) Municipal como espaço de governança da integração ensino-serviço-comunidade e de condução da Política Municipal de Educação Permanente em Saúde (PMEPS). O presente estudo objetivou analisar o processo de implementação e funcionamento da CIES Municipal no período de 2017 a 2025. Trata-se de estudo qualitativo, do tipo análise documental, realizado a partir das atas de reuniões da comissão disponíveis no arquivo institucional da Secretaria Municipal de

Saúde. Os dados foram organizados em planilha e submetidos à análise de conteúdo temática, utilizando a técnica de condensação de significados. Foram identificadas 19 atas de reuniões, sendo 14 ordinárias e 5 extraordinárias. Observou-se baixa participação de alguns segmentos previstos no regimento interno, especialmente trabalhadores, coordenações regionais, controle social e programas de residência. Os principais temas discutidos nas reuniões ordinárias foram orientações institucionais (30,4%), monitoramento do COAPES/JG (10,9%), avaliação ensino-serviço (9,8%) e reuniões técnico-científicas (9,8%). Nas reuniões extraordinárias predominou discussões acerca do reajuste dos valores do COAPES/JG (57,1%). Apesar dos desafios relacionados à participação social, à predominância de pautas técnico-operacionais e às limitações dos registros documentais, a CIES Municipal consolidou-se como importante espaço de pactuação, monitoramento e articulação entre gestão, ensino e serviços de saúde, contribuindo para o fortalecimento da integração ensino-serviço e da PMEPS no município.

Palavras-chave: Educação permanente em saúde, Integração docente assistencial, Integração ensino, serviço e comunidade, Governança em saúde, Sistema de saúde municipal

INTRODUÇÃO

A Educação Permanente em Saúde (EPS) constitui importante estratégia para a qualificação dos processos de trabalho e fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), ao promover práticas formativas articuladas às necessidades do território, dos serviços e dos trabalhadores[1].

Nesse contexto, o município de Jaboatão dos Guararapes instituiu, em 2017, a Política Municipal de Educação Permanente em Saúde (PMEPS), com o objetivo de fortalecer a integração entre ensino, serviço, gestão e comunidade, além de fomentar a qualificação profissional, a valorização dos trabalhadores e o desenvolvimento da Rede SUS-Escola[2]. Como parte desse processo,

foram instituídos espaços de fomento à EPS, voltados ao fortalecimento da integração ensino-serviço-comunidade e à pactuação das ações educativas no âmbito municipal, como a Comissão de Integração Ensino-Serviço (CIES) Municipal[2].

As CIES são previstas na Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) em âmbito regional e estadual como instâncias estratégicas de articulação e cogestão da política de educação permanente no SUS[1]. Entre as suas atribuições destacam-se o apoio às Comissões Intergestores Regionais (CIR) na elaboração dos Planos Regionais de Educação Permanente em Saúde (PAREPS), a articulação entre instituições e atores envolvidos na formação em saúde para proposição de estratégias de intervenção no campo da qualificação dos trabalhadores e o acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações de educação permanente implementadas em sua região de abrangência[3].

No município do Jaboatão dos Guararapes, a CIES Municipal foi instituída como espaço fundamental e estratégico para formulação, condução, monitoramento e fortalecimento das ações de EPS e da integração ensino-serviço-comunidade[2]. Entre seus principais objetivos destacam-se o acompanhamento da implementação da PMEPS e o monitoramento do Contrato Organizativo de Ação Pública Ensino-Saúde (COAPES/JG)[4], buscando fortalecer a articulação entre gestão, instituições de ensino, serviços de saúde e controle social.

A composição da CIES Municipal foi estruturada de forma a garantir representatividade dos diferentes segmentos envolvidos na formação e no trabalho em saúde, alinhando-se à perspectiva do quadrilátero da formação em saúde[5]. Participam representantes da gestão municipal de saúde, das instituições públicas e privadas de ensino vinculadas ao COAPES, das coordenações regionais de saúde, do Conselho Municipal de Saúde, de programas de residência médica e multiprofissional, de estudantes, trabalhadores da rede municipal, hospitais de ensino e da Gerência Regional de Saúde de Pernambuco. Essa composição busca assegurar a participação

de gestores, trabalhadores, ensino e comunidade nos processos decisórios relacionados à EPS no município.

Entre as atribuições da CIES Municipal destacam-se o fomento às discussões sobre EPS e formação profissional no SUS; o acompanhamento, monitoramento e avaliação da implementação da política municipal; o apoio técnico aos espaços de EPS previstos na PMEPS; e a discussão de problemáticas relacionadas à vigilância, cuidado, gestão e controle social em saúde, propondo ações pedagógicas articuladas às necessidades identificadas nos serviços[2].

Compete ainda à comissão estimular a cooperação entre as instituições envolvidas, acompanhar os compromissos de gestão relacionados à educação na saúde, apoiar a realização de seminários e fóruns de integração ensino-serviço-comunidade e participar da elaboração, execução e avaliação do Plano de Ação Municipal de Educação Permanente em Saúde (PAMEPS), instrumento orientador das ações educativas no município[2].

Nesse sentido, o presente trabalho objetivou analisar o processo de implementação e funcionamento da CIES Municipal do Jaboatão dos Guararapes, no período de 2017 a 2025, buscando compreender sua atuação na governança da EPS e da integração ensino-serviço-comunidade no âmbito municipal.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo, de abordagens qualitativa e quantitativa, do tipo análise documental, acerca do processo de implementação e funcionamento da CIES Municipal de Jaboatão dos Guararapes, no período de 2017 a 2025.

A análise documental consiste em uma estratégia metodológica que utiliza documentos produzidos independentemente da pesquisa como fonte de dados. Esses documentos podem incluir registros administrativos e institucionais, funcionando como fontes naturais de informação ao refletirem contextos históricos, sociais e organizacionais ao longo do tempo[6,7]. A seleção documental

ocorre de forma intencional, orientada pelos objetivos e questões da pesquisa[7].

Como fonte de dados, foram utilizadas as atas de reuniões da CIES Municipal disponíveis no arquivo institucional da Secretaria Municipal de Saúde (SMS). O Regimento Interno da CIES Municipal foi utilizado como documento norteador para os parâmetros comparativos da análise. Foram incluídas atas contendo registro completo das reuniões e excluídos documentos sem comprovação de participação ou validação formal.

Os dados foram coletados mediante preenchimento de planilha em Microsoft Excel contendo as seguintes variáveis: ano, data, tipo de reunião (ordinária ou extraordinária), tipo de conteúdo (pauta, pauta extra ou informe), eixo temático e relato das discussões.

Após a coleta, o material foi submetido à análise de conteúdo temática, utilizando a técnica de condensação de significados[8]. Essa abordagem consiste na síntese de segmentos textuais extensos em formulações mais concisas, preservando os significados centrais das narrativas. A partir desse procedimento, elaborou-se uma matriz analítica composta por duas colunas: uma destinada aos excertos selecionados, denominados Unidades Naturais de Análise, e outra voltada à identificação dos Temas Centrais.

Por se tratar de um estudo de análise documental, realizado a partir de atas institucionais disponíveis no arquivo da SMS, sem identificação individual dos participantes e sem envolvimento direto de seres humanos, a pesquisa respeitou os princípios éticos previstos na Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Ressalta-se ainda que a sistematização e análise desses dados fazem parte do próprio processo de trabalho da equipe da Coordenação de Integração Gestão, Ensino, Serviço e Comunidade, contribuindo para o monitoramento e fortalecimento das ações de integração ensino-serviço no município.

RESULTADOS

Foram identificadas no período de 2017 a 2025 19 atas de reunião, sendo 14 de reuniões ordinárias e 5 extraordinárias. Nos anos de 2018 e 2019 não houve registro nos arquivos institucionais de atas das reuniões (Tabela 1).

Tabela 1. Distribuição das atas de reuniões ordinárias e extraordinárias da Comissão COAPES/JG, segundo ano de realização. Jaboatão dos Guararapes, 2017-2025

ANO	ATA DE REUNIÃO		TOTAL
	ORDINÁRIA	EXTRAORDINÁRIA	
2017	1	-	1
2018	-	-	-
2019	-	-	-
2020	1	-	1
2021	2	3	5
2022	4	-	4
2023	4	1	5
2024	1	-	1
2025	1	1	2
Total geral	**14**	**5**	**19**

Fonte: Acervo interno CIGESC/GGES/SMS Jaboatão dos Guararapes, 2026.

Em relação aos participantes, nenhuma reunião apresentou todos os representantes dos segmentos previstos no Regimento Interno da CIES. A primeira, em 2017, e a última reunião ordinária em 2025 foram as que apresentaram a maior quantidade de segmentos presentes, mesmo assim chegando a 50% da previsão regimental.

Representantes dos trabalhadores de saúde estiveram presentes em menos da metade das reuniões já realizadas. Quanto aos segmentos da gestão, a coordenação de regionais esteve presente em apenas duas ocasiões. Considerando a divisão do município em 7 regiões administrativas, verificou-se que representantes das Regionais I, III e VII não participaram de nenhuma reunião no período.

A Comissão de Residência Multiprofissional em Saúde (COREMU) do município participou de 3 das 19 reuniões analisadas, enquanto a Comissão de Residência Médica (COREME) nunca participou. A Gerência da I Região de Saúde (I Geres) da Secretaria Estadual de Saúde só participou de uma reunião no período, sendo uma reunião extraordinária onde a única pauta foi o reajuste dos valores COAPES.

Adicionalmente, em quatro reuniões constatou-se a participação de outros gestores da SMS, nominalmente a Coordenação de Doenças e Agravos e a Gerência da Vigilância Sanitária. Em todas as reuniões houve participação de instituições de ensino privadas, e as instituições públicas se ausentaram em apenas 2 reuniões. Ademais, em nenhuma ata dos anos estudados foi contabilizada a presença de Representação Hospitalar de Ensino.

A representação discente se fez presente em menos da metade das reuniões, mas verificou-se a presença de Residentes em Saúde de programas de residência do município e externos. Por fim, o Controle Social, por meio do Conselho Municipal de Saúde, participou de apenas duas reuniões, especificamente as realizadas no ano de 2025.

Quanto aos tópicos discutidos nas reuniões, a tabela 2 abaixo apresenta os temas centrais.

Tabela 2. Distribuição dos tópicos discutidos nas reuniões ordinárias e extraordinárias da comissão COAPES/JG. Jaboatão dos Guararapes, 2017-2025

Tipo de Reunião	Tópico	N	%
Ordinária	Orientações institucionais	28	30,4
	Monitoramento COAPES/JG	10	10,9
	Avaliação ensino-serviço	9	9,8
	Reajuste valores COAPES/JG	9	9,8
	Reunião Técnico-científica	9	9,8
	Curricularização da extensão	7	7,6
	Organização CIES	4	4,3
	Biossegurança	3	3,3
	Comitê Gestor Local	2	2,2
	Duração dos estágios	2	2,2
	Membros CIES/JG	2	2,2

Continuação Tabela 2.

Tipo de Reunião	Tópico	N	%
	Ofertas formativas	2	2,2
	Resultados de Pesquisa Científica	2	2,2
	Controle Social	1	1,1
	Oferta formativa	1	1,1
	Residências em Saúde	1	1,1
	Subtotal	**92**	**100,0**
Extraordinária	Reajuste valores COAPES/JG	8	57,1
	Orientações institucionais	4	28,6
	Biossegurança	1	7,1
	Organização CIES	1	7,1
	Subtotal	**14**	**100,0**

Fonte: Acervo interno CIGESC/GGES/SMS Jaboatão dos Guararapes, 2026.

Nas reuniões ordinárias, predominaram tópicos relacionados às orientações institucionais (30,4%), especialmente voltadas às pactuações sobre o fluxo de inserção de estudantes nos serviços de saúde e à apresentação de documentos institucionais e notas técnicas para organização da Rede SUS Escola Municipal. Em seguida, destacou-se o monitoramento do COAPES/JG (10,9%), que envolveu a pactuação e acompanhamento de indicadores, a apresentação do quantitativo de estágios realizados no período e a prestação de contas por meio de relatórios quadrimestrais.

A avaliação ensino-serviço (9,8%) contemplou discussões acerca dos instrumentos de avaliação de preceptores, campos de estágio e da relação entre a Secretaria Municipal de Saúde e as instituições de ensino. Também corresponderam a 9,8% das pautas as discussões sobre reajuste dos valores do COAPES/JG, relacionadas à definição e atualização das contrapartidas financeiras previstas, bem como às reuniões técnico-científicas, voltadas à organização e realização de eventos científicos direcionados aos trabalhadores da rede municipal de saúde.

Nas reuniões extraordinárias, predominou o tema reajuste dos valores do COAPES/JG (57,1%), seguido por orientações institucionais (28,6%), enquanto biossegurança e organização da CIES corresponderam a 7,1% cada. Ressalta-se que as discussões sobre biossegurança ocorreram principalmente durante a pandemia de Covid-19, contemplando pactuações relacionadas à vacinação dos estudantes e à disponibilização, pelas instituições de ensino, de equipamentos de proteção individual (EPI).

DISCUSSÃO

Os achados deste estudo evidenciam que a existência de um espaço institucionalizado de governança local da integração ensino-serviço no município representa um importante avanço para a consolidação da PMEPS.

Conforme apontado pela literatura, as CIES se constituem em espaços inclusivos de representações setoriais e interinstitucionais democráticos, com capacidade de efetivamente contribuir para a educação em serviço e com impactos na qualidade do atendimento no SUS[9]. Nesse contexto, a iniciativa de Jaboatão dos Guararapes ganha destaque ao instituir uma comissão municipal própria em um cenário no qual a política de EPS apresenta condução predominantemente regionalizada, por meio das CIES Regionais.

A continuidade das reuniões e a manutenção do espaço de pactuação, monitoramento e prestação de contas demonstram um esforço institucional de sustentação dessa agenda, aspecto especialmente relevante diante do histórico de baixa prioridade atribuída à EPS pelos gestores[10]. A literatura aponta que a viabilização de espaços de gestão colegiada da formação em saúde exige, além do compartilhamento de poder, o exercício permanente da articulação, a superação de concepções tradicionais de formação e a incorporação de processos de monitoramento e avaliação capazes de orientar ajustes contínuos nos planos regionais[11]. Assim, o fato de a estrutura analisada ter sido mantida e fortalecida ao longo do tempo, sem sofrer descontinuidade, já representa um diferencial

importante em relação a diversas experiências regionais atravessadas por fragilidade institucional.

Apesar desses avanços, a análise documental revelou fragilidades importantes relacionadas ao registro das reuniões, uma vez que parte das discussões, participantes e encaminhamentos não foi devidamente documentada. Essa limitação compromete a preservação da memória institucional da comissão, especialmente em contextos marcados pela alta rotatividade de gestores e pela precarização dos vínculos de trabalho, fatores amplamente descritos na literatura como entraves à continuidade das ações de EPS[12].

Outro aspecto relevante refere-se à baixa frequência de participação do controle social, achado que dialoga com estudos que apontam fragilidades históricas na inserção de trabalhadores e usuários nas CIES, frequentemente associadas ao desconhecimento acerca do papel desses atores nos processos de governança da EPS[13]. Entretanto, a participação sistemática do Conselho Municipal de Saúde nas reuniões realizadas em 2025 pode indicar um movimento de fortalecimento democrático da comissão e de ampliação do diálogo entre gestão, ensino e sociedade, aproximando a experiência municipal do modelo participativo proposto pela PNEPS. Tal aspecto torna-se particularmente relevante ao se considerar que a efetivação da participação do controle social depende diretamente do empenho da gestão na criação de condições concretas que favoreçam sua atuação nos espaços de planejamento e tomada de decisão[14].

A análise das pautas discutidas nas reuniões também permitiu identificar uma predominância de temas relacionados às orientações institucionais e à operacionalização dos estágios, evidenciando um foco mais técnico-administrativo do que propriamente estratégico na condução da política de educação permanente. Diferentemente de outras experiências de CIES regionais, nas quais predominam discussões voltadas à construção de ações permanentes de formação, a comissão municipal apresentou maior centralidade na regulação da utilização dos serviços de saúde para

atividades curriculares e extracurriculares. Embora essa atribuição esteja prevista na PNEPS como responsabilidade municipal[1], a predominância da dimensão regulatória pode ter contribuído para o esvaziamento de debates mais amplos relacionados à formação dos trabalhadores, à qualificação do cuidado e ao fortalecimento da educação permanente enquanto política estruturante do SUS.

Por outro lado, essa característica adquire ainda maior relevância diante da expansão das vagas de formação na área da saúde no país, especialmente no setor privado[15]. Em Jaboatão dos Guararapes, dados internos demonstram que, apenas no primeiro quadrimestre de 2026, foram realizados 1.938 estágios curriculares obrigatórios na Rede SUS Escola municipal, dos quais 96,6% foram solicitados por instituições privadas de ensino, concentrando-se majoritariamente na Atenção Primária à Saúde. Esse cenário evidencia a intensa utilização da rede municipal como campo de formação e reforça o papel estratégico da comissão enquanto espaço de regulação, pactuação e acompanhamento da integração ensino-serviço.

A análise dos documentos também aponta que a configuração da governança local precisa considerar de maneira mais efetiva as especificidades organizacionais da rede municipal. Considerando que o município não possui hospitais próprios, evidencia-se a necessidade de atualização do regimento interno da comissão, adequando o instrumento normativo à realidade local, incluindo representantes da rede conveniada e dos prestadores vinculados à SMS que também compõem a Rede SUS Escola municipal.

Mesmo diante dos desafios, a experiência do Jaboatão dos Guararapes apresenta elementos que a diferenciam positivamente de contextos marcados por processos de centralização e verticalização da gestão da EPS, como observado em outros estudos[9]. Destacam-se, especialmente, as estratégias de transparência e monitoramento desenvolvidas pela comissão, por meio da apresentação de boletins, relatórios quadrimestrais e acompanhamento do COAPES/JG.

Tais iniciativas favorecem o acompanhamento das ações pactuadas e da utilização das contrapartidas financeiras, aspecto particularmente relevante diante do histórico nacional de interrupção de repasses ministeriais e das dificuldades de execução dos recursos destinados à EPS[12]. Nesse sentido, ressalta-se que a existência do COAPES em Jaboatão constitui importante mecanismo de fortalecimento da autonomia municipal para o financiamento e desenvolvimento de ações de educação permanente em saúde.

Compreende-se, portanto, que o fortalecimento desse espaço de governança depende não apenas da garantia de sua continuidade institucional, mas também da ampliação da participação de gestores, trabalhadores, instituições de ensino e controle social nos processos decisórios. A PNEPS, concebida como aprendizagem incorporada ao cotidiano do trabalho em saúde[1], demanda estruturas locais capazes de sustentar práticas participativas, democráticas e comprometidas com a transformação das realidades dos serviços. Nesse horizonte, o fortalecimento do trabalho coletivo e do reconhecimento do papel de cada segmento envolvido[13] permanece como elemento central para a consolidação da comissão municipal do Jaboatão dos Guararapes e para o avanço da EPS enquanto política estruturante do SUS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise documental das atas da Comissão de Integração Ensino-Serviço (CIES) Municipal de Jaboatão dos Guararapes evidenciou que, apesar dos desafios relacionadas à participação dos segmentos previstos regimentalmente, às limitações dos registros documentais e ao predomínio de pautas técnico-operacionais, a existência e continuidade desse espaço representam importante avanço para a institucionalização da Política Municipal de Educação Permanente em Saúde (PMEPS).

A CIES Municipal consolidou-se como espaço de pactuação, monitoramento e articulação entre gestão, instituições de ensino e serviços de saúde, especialmente no acompanhamento do

COAPES/JG e na organização da Rede SUS Escola Municipal. Contudo, os achados apontam para a necessidade de fortalecimento da participação social, da ampliação da presença de gestores e trabalhadores da rede e da qualificação dos processos de registro e sistematização das reuniões, favorecendo a preservação da memória institucional e a continuidade das ações.

Além disso, destaca-se a importância de ampliar as discussões político-pedagógicas relacionadas à educação permanente em saúde, para além das demandas operacionais dos estágios e das contrapartidas financeiras, fortalecendo o papel estratégico da CIES na condução da integração ensino-serviço-comunidade e fortalecimento da educação permanente em saúde no âmbito municipal.

REFERÊNCIAS

1. Brasil. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.996, de 20 de agosto de 2007. Dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde; 2007.
2. Jaboatão dos Guararapes. Secretaria Municipal de Saúde. Portaria SESAU nº 025/2017. Diário Oficial do Município. Jaboatão dos Guararapes; 2017.
3. Kleba ME, Hoefle N, Oliveira GMD, Rodrigues OCC. Fortalecendo o protagonismo da Comissão de Integração Ensino-Serviço para a educação permanente em saúde. Rev Gaúcha Enferm [internet] 2018;38. doi: 10.1590/1983-1447.2017.04.2016-0008.
4. Jaboatão dos Guararapes. Secretaria Municipal de Saúde. Portaria SESAU nº 049 de 10 de novembro de 2017. Diário Oficial do Município. Jaboatão dos Guararapes; 2017.
5. Ceccim RB, Feuerwerker LCM. O quadrilátero da formação para a área da saúde: ensino, gestão, atenção e controle social. Physis. 2004;14(1):41-6. doi: 10.1590/S0103-73312004000100004
6. Clark T, Foster L, Sloan L, Bryman A, Clark T. Bryman's social research methods. 6a Ed. Oxford: Oxford University Press; 2021.
7. Godoy AS. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. Rev Adm Empres 1995;35:20–9. doi: 10.1590/S0034-75901995000300004.

8. Kvale S. Interviews: an introduction to qualitative research interviewing. Thousand Oaks, Calif: Sage Publications, 1996.

9. Silva CIF, Nunes SF. O papel das Comissões de Integração Ensino-Serviço CIES em questão: revisão de literatura. Saúde em Redes 2022;8:37–55. doi: 10.18310/2446-4813.2022v8nsup1p37-55.

10. França T, Belisário SA, Medeiros KR, Pinto ICDM, Garcia ACP. Limites e possibilidades das Comissões Permanentes de Integração Ensino-Serviço: percepções dos gestores. Saúde Debate 2017;41:144–54. doi: 10.1590/0103-11042017s311.

11. Macêdo NBD, Albuquerque PCD, Medeiros KRD. O desafio da implementação da educação permanente na gestão da educação na saúde. Trab educ saúde, 2014;12(2):379–401. doi: 10.1590/S1981-77462014000200010

12. Silva CBG, Scherer MDDA. A implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde na visão de atores que a constroem. Interface (Botucatu) 2020;24:e190840. doi: 10.1590/interface.190840.

13. França T, Medeiros KRD, Belisario SA, Garcia AC, Pinto ICDM, Castro JLD, Pierantoni CR. Política de Educação Permanente em Saúde no Brasil: a contribuição das Comissões Permanentes de Integração Ensino-Serviço. Ciênc Saúde Coletiva 2017;22:1817–28. doi: 10.1590/1413-81232017226.30272016.

14. Jesus JM, Rodrigues W. Trajetória da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde no Brasil. Trab educ saúde. 2022;20:e001312201.

15. Franco TDAV, Poz MRD. A participação de instituições de ensino superior privadas na formação em saúde no Brasil. Trab Educ Saúde 2018;16:1017–37. doi: 10.1590/1981-7746-sol00163.